



Deputado Márcio Marinho (centro) preside a audiência pública que debateu a segurança das Olimpíadas e Paralimpíadas Rio 2016

Gestores afirmam que Rio 2016 será disputada em "ambiente pacífico e seguro"

Responsáveis pela segurança das Olimpíadas e Paralimpíadas do próximo ano disseram, na Câmara dos Deputados, que os Jogos Rio 2016 serão disputados em "ambiente pacífico e seguro". O tema foi debatido, no dia 15 de setembro, em audiência pública da Comissão do Esporte com a cúpula da segurança pública para os eventos esportivos.

Quase 50 mil agentes – entre policiais federais, civis e militares, além de bombeiros – estarão mobilizados na proteção dos atletas de mais de 200 países, além de turistas, voluntários e profissionais diretamente envolvidos com a competição.

O secretário de segurança para grandes eventos do Ministério da Justiça, Andrei Rodrigues, enfatizou que o trabalho é integrado e cumpre rigorosamente o cronograma planejado. A base está nos centros integrados de controle e comando, já usados na Copa do Mundo de 2014.

"A estrutura está posta. Investimentos em equipamentos e capacitação são realizados pelos três níveis de governo. E, com isso, vamos chegar a uma operação integrada de segurança pública, trazendo, efetivamente, um ambiente pacífico e seguro para os jogos", afirmou Rodrigues.

O esquema de segurança vem sendo previamente avaliado ao longo dos 44 eventos-teste que vão acontecer até as vésperas das Olimpíadas, que começam em agosto de

2016. E abrange, além do Rio, as cidades de São Paulo, Belo Horizonte, Brasília, Salvador e Manaus, que vão sediar competições do futebol.

O diretor do departamento de integração da Agência Brasileira de Inteligência (Abin), Saulo da Cunha, listou algumas das áreas que merecem atenção especial da instituição. Ele diz que a agência está acompanhando eventuais possibilidades de atos de sabotagem ou ações terroristas, além do risco de epidemias no campo da saúde. "Também estamos preparados para mobilizações sociais que possam afetar a operação do evento, como distúrbios e bloqueios de rua", acrescentou.

O presidente da comissão, deputado Márcio Marinho (PRB-BA), pediu atenção e estratégias para o combate ao trabalho infantil e ao turismo sexual durante os Jogos. O parlamentar também manifestou preocupação quanto à segurança de turistas nos hotéis, transportes urbanos e áreas violentas da cidade.

Ex-diretor geral da Polícia Federal, o atual diretor de segurança do comitê organizador dos Jogos Rio 2016, Luiz Fernando Corrêa, informou que o desafio é garantir o mesmo nível de segurança em todos os espaços de competição.

Já o representante da secretaria de Segurança Pública do Rio de Janeiro, Roberto Alzir Chaves, citou investimentos de R\$ 772 milhões, entre 2011 e 2015, para

viabilizar a ideia de que "cidade segura equivale a evento seguro".

Um dos autores do pedido de audiência pública, o deputado João Derly (PCdoB-RS) também pediu atenção para que esse investimento deixe um legado de segurança efetivo para a população. "Tivemos uma Copa do Mundo há pouco tempo no Brasil. Avançamos em algumas tecnologias e no plano integrado de segurança, mas esse legado poderia ter sido bem mais proveitoso", comparou.

Texto: Agência Câmara Notícias

ESCALAÇÃO

Comissão realiza em Salvador, seminário sobre a Lei de Incentivo ao Esporte pág.2

Dep. ROBERTO GÓES participa do Ping-pong pág. 2

Confederações de Judô, Levantamento de Peso, Vela, Remo e Taekwondo apresentam plano de preparação para os Jogos Rio 2016 pág. 3

Artigo dep. VALADARES FILHO pág.4



Comissão realiza em Salvador, seminário sobre a Lei de Incentivo ao Esporte



Composição da mesa formada por representantes de federações, associações, parlamentares e técnicos do Ministério do Esporte

O seminário sobre a Lei de Incentivo ao Esporte, realizado no dia 21 de setembro, lotou o Auditório Jorge Calmon, na Assembleia Legislativa da Bahia, reunindo representantes de diversas esferas do esporte na Bahia através das federações e associações das mais variadas modalidades, além de secretários de esporte de várias cidades, parlamentares, empresários e executivos da indústria e comércio.

O seminário teve o objetivo de detalhar e tirar dúvidas sobre como investir o Imposto de Renda a ser pago ao governo em financiamento de projetos desportivos por meio da Lei 11.438/2006, de Incentivo ao Esporte.

O evento foi realizado pela Comissão do Esporte, presidida pelo deputado federal Márcio Marinho, em parceria com o Ministério do Esporte, que disponibilizou técnicos para a realização da palestra, atendendo ao pedido do deputado baiano. "A Lei de Incentivo ao Esporte é uma ferramenta importante para o fomento ao esporte em nosso estado, e muitos empresários deixam

de patrocinar o esporte na Bahia por falta de informações precisas sobre o acesso aos incentivos disponibilizados pela Lei do Esporte", explicou Marinho.

O deputado destacou, em seu pronunciamento, que o esporte de base é uma forma eficaz de evitar que os jovens sejam cooptados para a marginalidade e de combate às drogas. "Nem todos que praticam esporte serão atletas profissionais ou medalhistas em competições, mas, no mínimo, serão pessoas saudáveis, capazes de se tornar adultos capazes de dar bons frutos para a sociedade", declarou.

O palestrante, Marcos Ponce Garcia, diretor do Departamento de Incentivo e Fomento ao Esporte, detalhou

aspectos importantes para o acesso aos benefícios da Lei, que permite a empresas e pessoas físicas investirem parte do que pagariam como tributos em projetos esportivos. "Investir em esporte é de graça, as empresas podem investir até 1%, e as pessoas físicas até 6% de recursos que seriam pagos em tributos", afirmou.



Apresentação da Associação Fight de Taekwondo, que atende crianças e jovens das Comunidades de Fazenda Couto, Paribe e Ribeira



Deputado Márcio Marinho, autor do requerimento que propôs o debate

Deputado Roberto Góes (PDT/AP)



Foto: ASCOM Dep. Roberto Góes

assuntos de interesse do meu estado. Na atividade de presidente da federação, o meu tempo é destinado quando estou em Macapá, mas tenho um vice que me substitui a altura na minha ausência, além de pessoas que compõem a estrutura organizacional da federação e que tem autonomia para tomarem decisões; e as que são de minhas competências privativas, vou decidindo mesmo quando estou em Brasília, afinal, o mundo moderno nos permite a comunicação instantânea e célere.

2) O senhor é o relator do Projeto de Lei 2.034/2015 que altera, o Estatuto do Torcedor para facultar a criação de delegacias de defesa do torcedor. O que podemos esperar do seu parecer?

1) O senhor é presidente da Federação Amapaense de Futebol. Como conciliar as duas atividades (parlamentar e presidente)?

De maneira simples e responsável. De terça a quinta estou em Brasília nas atividades que o mandato me exige: sessões das comissões e plenárias, audiências nos ministérios, reuniões da bancada federal do Amapá e acompanhando o governador quando da sua estada em Brasília tratando dos

É uma responsabilidade muito grande que me foi confiada. Por isso o meu parecer vai ao encontro dos interesses do esporte e do torcedor. Com relação à criação de delegacias de defesa do torcedor, entendo que esse projeto, apesar da legítima preocupação do autor com o esporte nacional, já se encontra

amparado pela atual legislação (Lei nº 10.671, de 15 de maio de 2003, artigo 41-A) e a criação dos juizados especiais do torcedor.

Estar de acordo com a criação de delegacias do torcedor é no mínimo duplicar esforços, de maneira pouco eficiente, no combate e prevenção à violência nos estádios. Nesse sentido me posicionarei contrário à criação das delegacias.

3) Como a Comissão do Esporte pode chegar até ao Amapá com políticas públicas esportivas voltadas para o povo amapaense?

Para determinarmos políticas públicas esportivas para o povo amapaense, precisamos, em conjunto com a Comissão, realizar audiências públicas, no sentido de debater com todos os atores do esporte amapaense, para que possamos implantar uma política eficiente e de resultados com a realidade local. A diversificação do país nos impõe isso, devido à realidade de cada estado, de cada região.

MEMBROS da Comissão de Esporte - CESPO

Presidente: Márcio Marinho (PRB/BA) 1º Vice-Presidente: Alexandre Valle (PRP/RJ) 2º Vice-Presidente: Hélio Leite (DEM/PA) 3º Vice-Presidente: João Derly (PCdoB/RS) Membros: Bloco PMDB/PP/PTB/DEM/PRB/SD/PSC/PHS/PTN/PMN/PRP/PSDC/PEN/PRTB Afonso Hamm (PP/RS) Adelson Barreto (PTB/SE) Alexandre Valle (PRP/RJ) Alan Rick (PRB/AC) Deley (PTB/RJ) Benjamin Maranhão (SD/PB) Fabio Reis (PMDB/SE) Edinho Bez (PMDB/SC) Fernando Monteiro (PP/PE) Ezequiel Teixeira (SD/RJ) Hélio Leite (DEM/PA) João Arruda (PMDB/PR) Hiran Gonçalves (PMN/RR) Marcus Vicente (PP/ES) Jhonatan de Jesus (PRB/RR) Pedro Fernandes (PTB/MA) Marcelo Aro (PHS/MG) Márcio Marinho (PRB/BA) Bloco PT/PSD/PR/PROS/PCdoB Andres Sanchez (PT/SP) Altineu Côrtes (PR/RJ) Carlos Eduardo Cadoca (PCdoB/PE) Chico D'angelo (PT/RJ) Danrlei de Deus Hinterholz (PSD/RS) Fábio Mitidieri (PSD/SE) Evandro Roman (PSD/PR) Francisco Chapadinha (PSD/PA) José Rocha (PR/BA) João Derly (PCdoB/RS) Goulart (PSD/SP) José Airton Cirilo (PT/CE) Bloco PSDB/PSB/PPS/PV Rogério Marinho (PSDB/RN) Arnaldo Jordy (PPS/PA) Rubens Bueno (PPS/PR) Fábio Sousa (PSDB/GO) Silvio Torres (PSDB/SP) Tenente Lúcio (PSB/MG) Valadares Filho (PSB/SE) PDT Roberto Góes (AP) André Figueiredo (CE) Damião Feliciano (PB) Flávia Morais (GO) Marcelo Matos (RJ).

Confederações de Judô, Levantamento de Peso, Vela, Remo e Taekwondo apresentam plano de preparação para os Jogos Rio 2016



Deputado João Derly, autor do requerimento que propôs os debates com as confederações

A Comissão do Esporte, com participação da subcomissão especial para a realização das Olimpíadas e Paralimpíadas de 2016, vem realizando uma série de audiências requeridas pelo deputado João Derly com as confederações esportivas para que elas apresentem o plano de preparação para os Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016.

No dia 10 de setembro, a Comissão recebeu o gestor de alto rendimento da Confederação Brasileira de Judô (CBJ) e responsável pela Seleção Brasileira de Judô, Ney Wilson Pereira da Silva, e o presidente da Confederação Brasileira de Levantamento de Peso (CBLP), Enrique Montero Dias.

Ambas as confederações desenvolveram trabalhos específicos para a obtenção de bons resultados na Rio-2016, e os dados desse processo servirão para o relatório a ser feito pela comissão. Com realidades bastante distintas, as confederações de judô e de levantamento de peso visam resultados inéditos para o esporte brasileiro.

Na gestão de uma modalidade sem tradição no país, Enrique Montero Dias destacou os esforços e o planejamento da CBLP para aprimorar os atletas com possibilidade de bons resultados olímpicos. "Nós nunca tivemos uma posição de disputa real em Jogos Olímpicos. Normalmente o envio da

delegação é como participação", disse.

No judô, o trabalho é para conquistar o máximo de medalhas. Condições para isso a delegação tem. A saber, o Brasil é o 3º ranking mundial de judô. Para 2016, ao menos 14 vagas já estão asseguradas. A CBJ formou uma comissão técnica multidisciplinar, com treinadores, médicos, nutricionistas e outros profissionais ligados ao esporte, para trabalhar especialmente com foco nas Olimpíadas.

Tanto a CBLP quanto a CBJ contam com recursos da Lei Nº 10.264, conhecida como Lei Agnelo/Piva, e do Plano Brasil Medalhas. Esses são os principais recursos da Confederação Brasileira de Levantamento de Peso. "A CBLP é a que menos recebe recursos da Lei Agnelo/Piva. O valor é de R\$ 1,9 milhão. Nós tivemos um choque de gestão, uma racionalização de uso de recursos. E estamos conseguindo, por meio dessa racionalização, realizar todo o planejamento feito no início do ano", disse Enrique Dias.

Já o judô dispõe de mais investimento. A aplicação de recursos na seleção brasileira se constitui de Plano Brasil Medalha (38%); Lei Agnelo/Piva (21%); Fundo Olímpico (18%); Lei de Incentivo (12%); e patrocinadores (11%). Segundo Ney da Silva, cada atleta custa R\$ 145 mil por ano.

Vela, Remo e Taekwondo

Presidentes das confederações brasileiras de vela e de remo pediram aos deputados, no dia 17 de setembro, ajustes na legislação de incentivo ao esporte. Dificuldades na aplicação de algumas leis foram relatadas na audiência pública.

Segundo o presidente da Confederação Brasileira de Vela, Marco Aurélio Ribeiro, a lei (12.395/11) que instituiu a Bolsa Atleta Pódio obriga o atleta a estar bem no ranking mundial

para receber o benefício. Com isso, no caso da vela, o atleta participa hoje de cerca de 10 competições internacionais por ano. Cada etapa custa em torno de R\$ 350 mil à confederação, o que pode chegar, com a alta do dólar, a R\$ 450 mil, de acordo com Ribeiro.

Outra dificuldade na preparação dos atletas para as Olimpíadas de 2016 e 2020, segundo o presidente da Confederação Brasileira de Remo, Edson Pereira, está na importação de equipamentos. Apesar de uma lei prever a isenção de impostos para a entrada de material esportivo destinado à preparação de atletas para grandes competições nacionais e internacionais (10.451/02), Pereira destacou que o remo, assim como a vela, precisa de equipamentos importados caros, nem sempre alcançados pela isenção tributária.

Também convidado para falar na audiência, o presidente da Federação de Taekwondo de Brasília, Ademar Lamoglia, disse que o esporte pode trazer até duas medalhas para o Brasil nos jogos do próximo ano. Ele reconhece que as bolsas e leis de incentivo contribuíram para trazer mais recursos ao treinamento de atletas, mas defende que haja uma distribuição mais democrática das verbas entre as diferentes categorias.

Texto: Câmara Notícias
Edição: Ascom/CESPO



Presidentes das Confederações de vela, remo e taekwondo, e o deputado João Derly

Comissão do Esporte marca presença nos Jogos Escolares da Juventude, em Fortaleza



Mesa de debates discuti o fomento do esporte indígena no Brasil

No dia 11 de setembro, o deputado Fernando Monteiro representou a Comissão do Esporte na maior competição estudantil do Brasil, os Jogos Escolares da Juventude, que aconteceram nos dias 3 a 12 de setembro, em Fortaleza.

Os Jogos Escolares da Juventude têm o papel de unir esporte, educação,

cultura e lazer. O evento conta com a participação de 4 mil jovens atletas de 12 a 14 anos e de 15 a 17 anos, de escolas públicas e privadas de todo o país, em 14 modalidades, sendo quatro coletivas e 10 modalidades individuais. São duas mil pessoas envolvidas na gestão e organização do evento, além de 350 voluntários. A competição foi criada pelo Comitê Olímpico do Brasil em 2005 e conta com o apoio do Ministério do Esporte.

O deputado Fernando Monteiro definiu como importante a participação da Comissão nos Jogos e afirmou que a audiência realizada na Comissão no começo de agosto, que discutiu os

Jogos Escolares da Juventude, não representou a real grandiosidade que é o evento e que essa impressão só foi possível ao participar dos Jogos.

Fernando classifica que os Jogos Escolares da Juventude fazem a diferença na vida dos jovens participantes. "O esporte inaugura oportunidade na vida dessas pessoas", disse.

"A presença da Comissão do Esporte nesse evento é fundamental", considerou o diretor geral dos Jogos Escolares da Juventude, Edgar Hubner. Aqui é possível perceber todo o esforço e toda a importância que o movimento do esporte escolar tem no país. "É a partir do apoio dos governos e da câmara que nós vamos poder contribuir, cada vez mais, com as condições necessárias para o desenvolvimento dessas crianças, não só como atletas, mas como futuros cidadãos do país", disse Edgar.



Atuando em prol do esporte

MEDALHA DE OURO



Foto: Jordana Ribas / ASCOM/CESPRO

Deputado Valdares Filho (PSB/SE)

Desde o primeiro mandato, participo da Comissão do Esporte, antes Comissão de Turismo e Desporto (CTD), onde trabalho com afinco e responsabilidade, especialmente, para consolidar e aprimorar as políticas públicas que promovem o desenvolvimento da prática esportiva entre as crianças e jovens brasileiros.

Participei ativamente da elaboração do Estatuto da Juventude, sempre preocupado com a melhoria da qualidade de vida dos brasileiros, especialmente, dos jovens e dos idosos.

No período 2011-2012 ocupei a segunda vice-presidência da CTD. No ano de 2013, ocupei a 1ª vice-presidência e, em agosto do mesmo ano, assumi a presidência da Comissão de Turismo e Desporto.

Na condição de presidente, utilizei da experiência adquirida para conduzir os trabalhos e votar projetos importantes para o turismo e esporte no país, como o projeto que altera a Lei de Incentivo ao Esporte; defendi a medida provisória que limita em no máximo quatro anos o mandato de dirigentes de entidades

esportivas, permitindo uma única reeleição; defendi a construção de Centros de Treinamentos de Atletas para a Copa do Mundo de 2014 e para as Olimpíadas de 2016.

Para o estado de Sergipe consegui a liberação de recursos para a reforma do Estádio Lourival Baptista, que se tornou a Arena Batistão, seguindo todos os padrões da FIFA e que se tornou o Centro de Treinamento da seleção da Grécia durante a Copa do Mundo de 2014. Além da liberação de recursos para a construção de um Complexo de Atletismo de Alto Rendimento na Universidade Federal de Sergipe, que será utilizado para o treinamento de atletas profissionais e na formação de atletas amadores.

Acompanhei o andamento dos preparativos para realização dos eventos esportivos, tendo em vista a proximidade da Copa do Mundo de 2014. Tive reuniões frequentes com o ministro do Esporte, promovi diversas audiências e participei de visitas técnicas na construção dos estádios da Copa, juntamente com a Comissão de Turismo do Senado Federal.

Como membro da Comissão do Esporte, continuo criando projetos e desenvolvendo trabalhos voltados à ampliação da prática esportiva, aperfeiçoamento e melhoria dos clubes desportistas.

ARENA

O presidente da Comissão do Esporte, deputado Márcio Marinho, recebeu na sala da Comissão o secretário de esporte, lazer e juventude do Rio de Janeiro, Marco Antônio Cabral.

O secretário veio se colocar à disposição da Comissão para fazermos um trabalho em sintonia. Da mesma forma, o presidente colocou a Comissão do Esporte para uma discussão aberta nas questões esportivas referentes ao estado do Rio de Janeiro, uma vez que os Jogos Rio 2016 se aproximam.

Marco Antônio falou sobre como vem desenvolvendo o trabalho com a Lei de Incentivo ao Esporte no Rio de Janeiro com eventos e projetos esportivos para a sociedade carioca.

Por fim o secretário elogiou e parabenizou a gestão do deputado Marinho frente à Comissão.

Audiências Públicas

24/09 – Resultados dos Jogos Pan-Americanos e Parapan-Americanos, Toronto 2015.

30/09 – Pisos de madeira

01/10 – Confederações Olímpicas de ciclismo e boxe, preparação para os Jogos Rio 2016.

06/10 - PL nº 2262/2015, que institui normas gerais sobre desporto e dá outras providências.

PROGRAMA-SE

EXPEDIENTE

Presidente: Márcio Marinho (PRB/BA) 1º Vice-Presidente: Alexandre Valle (PRP/RJ) 2º Vice-Presidente: Hélio Leite (DEM/PA) 3º Vice-Presidente: João Derly (PCdoB/RS) Secretário-Executivo: Lindberg Aziz Cury Júnior Corpo Técnico: Alessandra Müller Vidal Guerra, Cláudio Ramos Aguirra, Flávio Silva Macedo, Gilson Vasconcelos Dobbin, Jaqueline Rodrigues, Paola Mara Alves Silveira, Regina Olímpia Figueira de Bessa. Estagiário: Rodrigo Alves Souza. Jornalista responsável: Jordana Ribas. Programação visual: Akimi Watanabe. Diagramação: Jordana Ribas. Revisão: Ronaldo Santiago. Impressão: Deapa/Cgraf. Tiragem: 1.000 exemplares. Endereço: Câmara dos Deputados, Anexo II, Ala C, Sala 2, térreo. Telefones: (61) 3216-6351/52/53/54. E-mail: cespo.decom@camara.leg.br. Endereço eletrônico da Comissão do Esporte: <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cespo>